

NOVOS AGENTES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO MERCOSUL: GOVERNOS SUBNACIONAIS DE 2005 A 2012

Jandira Baronio¹

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade identificar quais são as unidades subnacionais que atuam na integração regional do Mercosul. Para alcançar o objetivo proposto será realizada uma revisão bibliográfica e verificar como o Mercosul recebe estes novos agentes que são cidades, províncias, universidades sociedade civil, associações, grupos organizados, entre outros. Muita cooperação foi realizada, mas há muito por fazer. O importante é dar autonomia e descentralizar o poder para que a sociedade também possa construir o seu entorno e contribuir para o desenvolvimento e crescimento econômico da América do Sul.

Palavras-chave: Integração regional. Governos subnacionais. Mercosul.

INTRODUÇÃO

O tema abordado neste artigo é os novos agentes no Mercosul, no período compreendido: 2005 a 2012. A pesquisa focará quais são esses agentes que podem ser países, organizações, ONG's, comunidades epistêmicas, universidades, empresas multinacionais, entre outros, bem como descrever como atuam e quais os benefícios e consequências que esses novos agentes desempenham no Mercado Comum do Sul. Sabe-se que o Mercosul quando foi criado, em 26 de março de 1991, tinha objetivos claros e definidos. Porém com o passar do tempo alguns objetivos não foram alcançados, seja por falta de iniciativa dos países ou por acordos que nunca saíram do papel. Importante pontuar os benefícios e as consequências dessa nova etapa e como caminha este acordo nos próximos anos.

O objetivo geral é levantar dados dos novos agentes que estão atuando especificamente nesta Organização e para isso far-se-á um breve histórico referencial do Mercosul. Será realizada uma pesquisa exploratória em que se busca maior familiaridade com o tema proposto e assim entender como os novos agentes em relações internacionais agem e reagem no sistema, bem como uma abordagem qualitativa em que se busca entender a situação, o comportamento e a atuação

1. Estudante do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, Uninter.

desses novos agentes nas relações internacionais, no âmbito Mercosul. Sendo assim, será utilizada a revisão bibliográfica reunindo referências para formar um bom embasamento teórico para atingir os objetivos proposto deste trabalho.

MERCOSUL: criação e organização

A história começa bem antes de 1991, porém foi nesse ano que realmente o acordo foi firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, no Tratado de Assunção. Este tratado estabeleceu diretrizes de um mercado comum, com livre circulação de bens, fatores produtivos e serviços. Um modelo de integração profunda estabelecendo a TEC – Tarifa Externa Comum, comércio com terceiros países e adotando uma política comercial comum. A vizinha Venezuela aderiu efetivamente ao Bloco em 2012, porém suspensa em 2016 por não cumprir o Protocolo de Adesão, bem como violação da Cláusula Democrática do Bloco. A Bolívia está “status” de Estado Associado em processo de adesão e os demais países sul-americanos estão vinculados ao Bloco como Estados Associados. (BRASIL, 2018).

De acordo com o site MERCOSUR os objetivos gerais da política de cooperação internacional são: i) fortalecer as capacidades de cada um dos membros do bloco; ii) aprofundar a integração regional; iii) reduzir as assimetrias entre os países do bloco; e iii) intercambiar de maneira horizontal conhecimentos e experiências, boas práticas, políticas públicas tanto no interior do bloco quanto com outras instâncias de integração regional e extrarregional existente.

Com o processo de integração econômico comercial, a agenda do MERCOSUL, foi aos poucos sendo ampliada, incluindo temas como: políticos, direitos humanos, sociais e de cidadania. Criando assim, os Planos de Ação para o Estatuto da Cidadania do Mercosul, em 2010 e o Estratégico de Ação Social, em 2011. Estes planos são instrumentos para a promoção da cooperação e do desenvolvimento econômico da América do Sul. (BRASIL, 2018).

De acordo com os autores Vigevani [et al], o processo de integração deverá abranger outros aspectos além do comercial, com isso é fundamental o empenho maior dos atores políticos, porque de alguma maneira esses avanços devem afetar o dia-a-dia das populações envolvidas, propiciando maior interesse e mobilização em torno da questão da integração regional.

Conforme dados do site Brasil (2018), o Bloco Mercosul é quinta maior economia do mundo, com PIB de US\$2,79 trilhões. É o principal receptor de investimentos estrangeiros diretos (IED) na região. Possui espaço privilegiado para investimentos, seja por compra, controle acionário ou associação de empresas dos Estados Membros. E a agenda que aos poucos está sendo ampliada, contribui significativamente para estes investimentos diretos. Atualmente, o Bloco caminha em um processo acelerado de fortalecimento econômico comercial e institucional. E o resultado já começa a aparecer. Entre tantos avanços, alguns merecem destaque como:

- a) Aprovação do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos – atraindo novos investimentos na região;
- b) Conclusão do Acordo do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL – criando oportunidades de negócios para as empresas locais, ampliando a gama de fornecedores para órgãos públicos e mais importante, redução dos gastos do governo;

Porém, há muito que se fazer todavia para consolidar o Mercado Comum, previsto no Tratado de Assunção que seria: a livre circulação de bens, de serviços e fatores produtivos, não podendo deixar de lado que é tão importante quanto os itens acima descritos, a livre circulação de pessoas, a plena vigência da TEC e a política comercial comum.

Atores subnacionais: cidades e o Mercosul

No artigo de Vigevani [et al], os autores descrevem que além dos atores estatais, paralelamente vem crescendo os atores não estatais. E afirmam que vem crescendo a preocupação da opinião pública e das organizações não governamentais sobre este tema.

Correntes de opinião, movimentos organizados, meios de comunicação, constituem todas forças de pressão poderosas em favor não só da democracia, mas dos direitos humanos, dos direitos nacionais, dos direitos das minorias, dos direitos sociais. (p.10).

Para Egler, o responsável pela difusão de crescimento é o território produtivo ou cidade-região. Por isso é fundamental a conectividade entre as cidades, que não

depende mais de distância física, mas de uma estrutura de fluxos mantidos por agentes públicos e privados que refletem as novas formas de inserção no mercado mundial. Esses fluxos são simétricos à rede de influência que as cidades exercem sobre o seu espaço e o retorno que recebe, formando a estrutura urbana.

Por meio da União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI), as cidades do Cone Sul foram incentivadas a pensar o processo de institucionalizar a agenda de política externa nas prefeituras. E em 1995, a Rede de Mercocidades foi criada, para que as cidades pudessem ter voz nos processos de integração regional do Mercosul (Mèrcher, 2016). A participação de governos subnacionais na integração regional, de acordo com Gomes (2018) é de fundamental importância pois estão mais próximos dos problemas e das necessidades dos cidadãos. Com isso, a Rede Mercocidades faz com que os atores subnacionais tornam-se protagonistas, conquistando espaço e voz para atuar na melhoria das políticas públicas e sociais, podendo contribuir no processo mais amplo, não apenas na América do Sul.

Atualmente a Rede Mercocidades é composta por 342 cidades da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. De acordo com site Mercociudades (2018) o objetivo da rede é proporcionar a inserção das cidades sócias no processo de integração regional, bem como em outros eventos internacionais.

As áreas de atuação da Mercocidades são abrangentes, deste os serviços tradicionais do município, como saneamento básico, transporte, educação, entre outros serviços e neste interim criou-se as Unidades Temáticas, conforme “Art. 35º – As Unidades Temáticas constituem instâncias responsáveis pelo desenvolvimento de temas específicos de MERCOCIDADES. Sua sede será em uma das cidades-membro componentes da Unidade Temática”. (Mercociudades, 2018). Essas unidades temáticas podem ser ambiente e desenvolvimento sustentável, gestão e financiamento municipal, cooperação internacional, cultura, educação, esportes, desenvolvimento urbano, entre outros temas. E, em atuar nas relações internacionais as cidades buscam fomentar benefícios coletivos a sociedade, seja um benefício econômico, cultural, social ou político, tudo conforme a necessidade de cada cidade gestora. Para ter a noção da importância desta Rede junto ao Mercosul, foi firmado convênio entre ela e o Instituto Social do Mercosul, visando à cooperação em pesquisas, análise, difusão de processos e políticas para o fortalecimento da

integração, reduzindo a disparidade entre os Estados Partes e o desenvolvimento humano, articulando as políticas sociais que realmente interessam a sociedade. E para que a Rede possa ir além do desenvolvimento regional é fundamental encontrar espaços em outros foros regionais e internacionais, podendo ser articuladora em muitos processos, porque visa o bem estar coletivo.

Outro importante destaque da Rede e sua atuação nas unidades temáticas é a parceria com o Escritório para Redução de Riscos de Desastres das Nações Unidas, visando preparar as cidades “riscos” a desastres naturais, trabalhando junto aos países partes do Mercosul. Outro exemplo, é o Convênio com Fundo Andaluz de Municípios para a Solidariedade, atuando na cooperação transfronteiriça, desenvolvimento sustentável e participação cidadã. Outra unidade temática é a educação na qual a Rede fez parceria com a Associação de Universidades do Grupo Montevideo fomentando troca de conhecimento entre universidades públicas. (Mercociudades, 2018)

E a autora Santos (2014) faz um questionamento qual o modelo ideal ou mais apropriado para o desenvolvimento regional? Um questionamento que transcende as chancelarias dos Estados e busca respostas no grupo dos intelectos, dos empresários, dos políticos, dos sindicatos e associações, dos meio ambientalistas, enfim a sociedade toda precisa se manifestar e dizer o que realmente precisa e necessita.

Outro fator importante é a política migratória no Bloco, e segundo a autora Culpi (2017) é importante compreender que a política migratória além de envolver os Estados, há outros atores que também colabora neste quesito, como as organizações internacionais, os blocos regionais e as entidades da sociedade civil. Inicialmente o Mercosul balizou a política migratória tendo como exemplo a União Europeia, onde há livre circulação de nacionais no bloco, porém com uma postura mais conservadora em relação a direitos nacionais de Estados terceiros.

Com a ratificação do Acordo de Residência – AR, em 2009, assegurou direitos a todos os nacionais do Bloco de trabalhar ou residir em qualquer lugar do Mercosul, com menos burocracia nas documentações e exigências. Em 2011, começou a debater temas relativos aos direitos dos: imigrantes, refugiados, entre outros; direitos das crianças e o controle ao tráfico de pessoas. Isso aconteceu porque uma série de atores não estatais, como ONGs e defensores dos direitos dos imigrantes,

pressionaram os Estados para a inclusão do tema migratório na Agenda. A Argentina é referência no tema migratório com o Programa “Pátria Grande” que concede residência a cidadãos mercosulinos, com 400 mil residências outorgadas.

De acordo com Culpi (2017, p.225) as diferenças de atuação dos Estados Partes referente a questão migratória é a seguinte:

As diferenças entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai no tratamento da questão migratória podem ser explicadas pelas formas distintas dos governos nacionais de lidarem com a mesma questão e pelo predomínio do caráter intergovernamental no Mercosul. Essa intergovernamentalidade concede aos Estados larga margem de manobra para determinar a incorporação de acordos regionais e desenvolver políticas nacionais condizentes com esses acordos.

A autora conclui que, cada Estado tem sua dinâmica própria e é responsável pelas demandas nacionais na formulação de sua legislação migratória. Sendo assim, o Mercosul é um facilitador nas trocas de políticas migratórias desde que condicionadas por aspectos nacionais e, em menor grau, as regionais.

Tanto o Brasil como a Argentina estão empenhados em elevar a capacidade de negociação e assim obter resultados no cenário internacional, escreve a autora Santos (2014). Ambos os países estão na OMC, na ALCA, em negociações com a União Europeia, o G-20 e América do Sul. E a Argentina reconhece a necessidade de fazer novos aliados para melhorar seu posicionamento frente ao cenário internacional. Para isso não mede esforços para à integração regional avançar e mostrar seu poder de negociação frente aos países desenvolvidos para negociar dívida externa, luta contra a pobreza e a exclusão social.

Outro ponto importante é a educação e de acordo com Krawczyk e Sandoval (2012), em 1992 teve início o funcionamento do Setor Educacional no Mercosul, isto é, a construção de um espaço educacional na América do Sul. Sendo que a educação superior no Mercosul trabalha com três frentes: acreditação, mobilidade e cooperação internacional. Os autores enfatizam que a dinâmica de cada Estado impactam fundamentalmente nos ritmos de elaboração e discussão das políticas na esfera Mercosul, devido primeiramente contabilizar interesses e conflitos internos e projetos políticos partidários de cada Estado, levando muitas vezes a priorizar as necessidades nacionais para depois formular políticas educacionais no Mercosul.

O processo de regionalização da universidade no Mercosul apontou a relevância das desigualdades do desenvolvimento da educação superior, entre os diferentes países e no interior de cada um deles, para a formulação de políticas de processo de integração regional. (KRAWCZYK E SANDOVAL, 2012, p.655).

A União Europeia, na década de 1990, aproximou-se por intermédio de parceiros com a América Latina, em especial com os Estados Partes do Mercosul com o propósito de intensificar as relações com estes países e o ensino superior seria um dos caminhos, escrevem Krawczyk e Sandoval. Impulsionando a mobilidade de estudantes, professores, pesquisadores e administrativos, intercambiando experiências em relação a gestão e a avaliação dos sistemas de ensino superior, bem como, o fomento do ensino a distância e a criação de centros de estudos europeus nos países da América Latina.

Sobre a criação do Espaço Regional de Educação Superior (Reunião em 11/11/2008) não prosperou, porém o Brasil que tinha levado na reunião a proposta de uma Universidade do Mercosul, criou a Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). A diplomacia brasileira não deixa de colocar, sempre que possível, o problema do desenvolvimento econômico ou educacional como um dos vetores de sua atuação externa.

Além da dinâmica restrita de elaboração e implementação dessas políticas, há também a falta de uma ação mais proativa das universidades e dos governos nacionais na promoção do interesse pelos processos de formação do bloco regional. (KRAWCZYK E SANDOVAL, 2012, p. 662).

Se a questão educacional anda um tanto lenta, outro ponto que precisa ser levantado é a questão energética neste espaço integrado do Cone Sul. Conforme Santos (2014, p.70) escreveu sobre a energia elétrica brasileira “a integração energética e a autonomia regional em energia para garantir a segurança de abastecimento energético é prioridade absoluta da política externa brasileira para a América do Sul”. Não há crescimento econômico com abastecimento energético deficitário.

A América do Sul tem um excedente global de energia, porém superávits em alguns países e forte escassez em outros. Venezuela, Equador e Bolívia possuem gás e o petróleo em abundância. Brasil, Paraguai e Venezuela fortes na energia hidroelétrica. Deficitários em energia são Chile e Uruguai e intermediários estão Argentina, Peru e Colômbia. Com este quadro, a integração energética da região

reduzirá importações e fortalecimento da economia sul-americana. O Brasil já está contribuindo, financiando a construção de gasodutos na Argentina e se empenhando na concretização do projeto “Grande Gasoduto do Sul” vinculando os maiores centros de produção de energia: Venezuela e Bolívia, aos maiores mercados consumidores, o Brasil, Argentina e Chile.

Neste contexto, uma iniciativa governamental importante foi o Acordo Marco sobre Complementação Energética Regional entre os Estados parte do Mercosul e Estados Associados, firmado em 2005. O artigo 6º do acordo estabelece que com o objetivo de aprofundar a integração entre as Partes, só poderão celebrar acordos regionais, sub-regionais ou bilaterais nas áreas que se anunciam a continuação, entre outras do intercâmbio comercial de hidrocarbonetos; interconexão das redes de transmissão de energia elétrica; cooperação na prospecção, exploração e industrialização dos hidrocarbonetos e fontes de energia renováveis e alternativas. (SANTOS, 2014, p.71).

Outro trabalho importante que está sendo desenvolvido é a Bienal do Mercosul, projeto cultural, com iniciativa de atores privados e públicos, com o objetivo de promover o intercâmbio de obras e artistas latino-americanos. De acordo com Santos, (2014), a Bienal realiza-se em Porto Alegre (RS), desde 1997, pela Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul, instituição de direito privado sem fins lucrativos. As empresas privadas são as que mais investem no financiamento deste evento (89%), o restante com recursos públicos de todas as esferas. Isso mostra a viabilidade de realizar projetos dessa natureza com parcerias entre governos, artistas, empresas, associações, etc.

De acordo com Araújo, a governança global trouxe consigo novos atores no cenário internacional, grande parte deles subnacionais e com eles uma gradativa descentralização do poder, antes exclusivo aos Estados soberanos.

O surgimento de novos problemas, dos quais o Estado não consegue se ocupar, e a facilidade de comunicação e interação promovida pela globalização e pelo desenvolvimento da tecnologia transformaram as cidades em novos importantes atores subnacionais. (ARAÚJO, p.3).

De pequenos municípios a cidades globais, segundo a autora vem crescendo o número de cidades que mantêm relações de cooperação com outras cidades fora de seu país de origem. O dinamismo e o interesses destas cidades, associadas a uma tendência à atuação em redes, resultou nas redes cidades, fenômeno que une diversas cidades do mundo em grupos com interesse comum. Essas ações

representam um novo caminho a ser estudado nas Relações Internacionais, por se tratar de um novo ator em um contexto que era dominado pelos estados nacionais, bem como pela repercussão política e resultado obtidos desses novos atores subnacionais.

As unidades subnacionais além de uma parte de um país, podem ser estados, províncias, municípios, governos locais e regionais, as empresas, e as organizações não governamentais. Portanto, como o sistema internacional de forma geral, o Mercosul também não se limita aos Estados nacionais que o compõem, existindo assim iniciativas de cooperação descentralizada e paradiplomacia no processo de integração regional.

Com relação ao ambiente normativo interno dos países, Banzatto e Prado escrevem que a Argentina é o único país do Mercosul em que a Constituição Federal, no artigo 124, prevê a possibilidade de suas unidades subnacionais (províncias) atuar internacionalmente, permitindo que celebrem acordos internacionais, desde que seguindo a orientação da política externa nacional. Estes entes subnacionais, segundo Araújo, atuam com autonomia na formulação de objetivos de política externa e define como serão executados. Estabelecem acordos bilaterais, desenvolvem programas de cooperação técnica internacional entre cidades, missões comerciais, entre outros.

O Brasil não permite toda essa autonomia aos estados brasileiros como Argentina permite às suas províncias, porém aqui também celebram acordos. Exemplos de acordos internacionais: acordo com outras entidades: Acordo de Cooperação Técnico-Científica firmado entre Santos e Amsterdam, em 1993; acordo entre cidades e províncias estrangeiras: Acordo Bilateral entre Treviso (província italiana) e Criciúma (SC); acordo de cooperação técnica e científica: entre Estado de Maceió e Universidade Estadual de Nova York Oswego (SUNY Oswego), nos EUA e acordos entre blocos e estados ou províncias: CRECENEA Litoral (bloco regional argentino) e da Xunta de Galicia, na Espanha.

A alta conectividade entre os agentes, cidadãos, governos e instituições hoje, facilitada principalmente pela evolução tecnológica e pela alta flexibilidade e movimentação de recursos, reflete-se também nas redes de cidades, que ligam municípios de diversos tamanhos, poderes econômicos e localizações geográficas a fim de alcançar objetivos comuns. Até agora, se há mudanças que já podem ser sentidas na atual ordem mundial, elas seguramente dizem respeito à diversidade e à inclusão de agentes que antes eram ignorados. (ARAÚJO, p.11).

Sem ter que depender exclusivamente do governo central, os estados subnacionais estão cada vez mais empenhados na busca por parcerias externas, com o objetivo de promover o desenvolvimento local. Com isso, a paradiplomacia serve como mecanismo estratégico no fortalecimento do processo de integração regional. De acordo com Mèrcher (2016, p.24) a paradiplomacia é “um caminho possível para se alcançar interesses e ganhos ao bem-estar das comunidades locais”. E completa escrevendo que “a ação das cidades nas relações internacionais pode ser produtiva e positiva, tanto para as suas comunidades locais, como para ganhos relativos à sua nação”.

Gerando ambiente favorável as iniciativas paradiplomáticas, o Mercosul possibilita maior interação entre os governos subnacionais e os fronteiriços, promovendo a integração regional. E a fronteira é o local propício para ações de cooperação e inserção dos governos subnacionais nas relações internacionais.

A integração fronteiriça dos países do Mercosul constitui objetivo permanente e eixo prioritário do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul. Por esse motivo, o órgão criou o Grupo de Trabalho de Integração Fronteiriça, em 2008, na VII Reunião de Coordenadores Nacionais e Alternos do FCCR. Tendo como objetivo promover estudos sobre a integração fronteiriça, além de inserir a discussão dos problemas fronteiriços na agenda do MERCOSUL, contribuindo desta forma, com o crescimento do bloco e atendendo às necessidades dos governos subnacionais.

E os autores Banzatto e Prado, complementam que há dois projetos que se destacam: “Governança Fronteiriça - fortalecimento das capacidades dos Governos Departamentais e Locais do Mercosul” com o objetivo de fortalecer a integração fronteiriça, as cidades-gêmeas localizadas nos cinco arcos da fronteira Mercosul: (Argentina-Uruguai, Uruguai-Brasil, Brasil-Paraguai, Paraguai-Argentina e Argentina Brasil) capacitando os agentes públicos locais para atuar internacionalmente na execução de projetos de captação de recursos junto aos organismos internacionais e regionais na promoção do desenvolvimento econômico, cultural, social, ambiental e institucional da região fronteiriça. E o segundo projeto é “Fronteiras Abertas”, que propõe a criação de uma Rede Inter-regional para Cooperação Transfronteiriça e Integração Latino-americana. E tem como objetivo fomentar a cooperação sul-sul entre as unidades subnacionais dos países latino-americanos.

Portanto, a cooperação descentralizada e a paradiplomacia são pontos políticos estratégicos e que devem ser considerados na elaboração de políticas públicas, seja pelos governos subnacionais localizados nas áreas fronteiriças ou pelos Estados mercosulinos.

Também pode atuar determinados grupos que não tem poder de decisão, porém, influenciam por meio do conhecimento, são as Comunidades Epistêmicas. São indivíduos com experiências e valores semelhantes, formados por gestores, intelectuais, empresários, profissionais, membros de um movimento, com o intuito de colocar em prática modelos de desenvolvimento de políticas públicas, escreve Mèrcher.

Enfim, novos atores adquirem autoridade e capacidade para tomar decisões, da qual as cidades são exemplo, escreve Araújo, e que essa capacidade dos municípios tomar decisões independentemente do governo central, mostra autonomia e a descentralização do poder. Essa nova maneira de atuação composta por atores excluídos do cenário internacional representa a nova realidade mundial e refletem em suas estruturas, os inovadores modos de pensar e de interagir no mundo globalizado.

Considerações finais

Portanto, refazendo a pergunta já formulada na introdução deste trabalho: teria o "Mercosul novos agentes atuando neste acordo no período de 2005 a 2012 e que benefícios esses novos atores trouxeram a esta cooperação regional? Responder a esta questão é necessário que se revise a atuação dos Estados Membros e quais possibilidades deram para que os agentes subnacionais pudessem entrar e atuar no Mercosul.

Sabe-se pela história que houve muitas lutas e divergências por domínio de território na América do Sul. Com o passar do tempo os domínios territoriais foram estabelecidos e um projeto de desenvolvimento econômico regional começou a ser esboçado. Era importante a América do Sul estar engajada em uma cooperação regional para seu desenvolvimento e crescimento econômico.

Foi pesquisado muito, porém houve dificuldades em encontrar dados mais concretos do que foi conseguido neste artigo até o momento. A cooperação política trouxe novos atores no cenário internacional e número considerável são subnacionais

e gradativamente o poder foi descentralizado, que era exclusivo aos Estados soberanos.

Como ao restante do mundo, o Mercosul também tomou a iniciativa da cooperação descentralizada no processo de integração regional

A paradiplomacia e o desenvolvimento descentralizado trouxe muita coisa boa ao Mercosul. São pontos estratégicos na elaboração de políticas públicas, seja para governos subnacionais fronteiriços ou pelos Estados Partes.

Começando pela Mercocidades – de pequenos municípios a metrópoles, vem crescendo o número de cidades que mantem relações de cooperação com outras cidades fora de seu país de origem, mostrando e demonstrando autoridade e capacidade na tomada de decisões independentemente do governo central.

Dos quatro países que firmaram o acordo primeiramente, a Argentina tem em sua Constituição Federal, a liberdade para que suas províncias façam acordos internacionais. Mesmo assim, no Brasil firmou-se muitos acordos dos estados subnacionais, sejam por universidades ou entre cidades.

Bom, pelo que foi pesquisado esses novos agentes atuam verdadeiramente aos interesses nacionais, preocupando-se com a sociedade e seu entorno.

Portanto, eles conquistaram autonomia e a descentralização do poder. Essa é a nova realidade mundial refletindo nas estruturas e no modo de agir no mundo globalizado, os estados subnacionais estão cada vez mais empenhados na busca por parceiros externos com o intuito de promover o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. V. de. **A governança global e a atuação das redes internacionais de cidades**. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200031&script=sci_arttext. Acesso em 28/07/2018.

BANZATTO, Arthur P. e PRADO, Henrique S. **Paradiplomacia, a cooperação descentralizada e a integração fronteiriça no Mercosul**. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/MED/article/view/4831>>. Acesso em 13/10/2018.

BRASIL. Mercosul. **Saiba mais sobre o Mercosul**. Disponível em <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercopol>>. Acesso em 30/07/2018.

CULPI, Ludmila A. **Mercosul e politicas migratórias: processo de transferência de políticas públicas migratórias pelas instituições do Mercosul ao Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (1991-2016)**. 368p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas - Universidade Federal do Paraná). Curitiba, 2017.

EGLER, Claudio A. G. **Mercosul: um território em construção em construção?** Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a13v58n1.pdf>> Acesso em 27/08/2018.

GOMES, Joséli F. Rede mercocidades na integração sul-americana: a paradiplomacia no Mercosul e na Unasul. **Revista InterAção**. v.8. n.8, jan/jun, 2015.

KRAWCZY, N. e SANDOVAL, S.A.M. O processo de regionalização das universidades do Mercosul: um estudo exploratório de regulação supranacional e nacional. **Educação Real**. Porto Alegre, v.37, n.2, p.647-668, mai/ago/2012.

MÈRCHER, Leonardo. **Paradiplomacia do Rio de Janeiro: variáveis explicativas à política externa de uma cidade**. 305 p. Tese (Doutorado em Ciências Políticas – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

MERCOCIUDADES. **Estatuto e Regulamento de Mercocidades**. Disponível em <<http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2272>>. Acesso em 29/09/2018.

MERCOSUR. **Objetivos e princípios da cooperação internacional no Mercosul**. Disponível <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/8619/3/innova.front/objetivos-e-principios-da-cooperac%C3%A3o-internacional-no-mercopol>>. Acesso em 30/07/2018.

SANTOS, R. P. A revitalização do Mercosul no contexto da diplomacia de Lula para a América do Sul. **Polis, Revista Latinoamericana**, v. 13, n. 39, 2014, p.63-82

VIGEVANI, Tullo, MARIANO, Karina P e OLIVEIRA, Marcelo F. **Democracia e atores políticos no Mercosul**. Disponível <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101026063856/9vigevani.pdf>>. Acesso em 28/07/2018.